

# Irmandades religiosas na cidade: entre a ruptura e a continuidade na transferência cemiterial em Porto Alegre, no século XIX\*

MARA REGINA DO NASCIMENTO\*\*

---

**Resumo:** Este artigo procura analisar a transferência cemiterial, ocorrida em Porto Alegre, em 1850, contemplando a sua inscrição no contexto da experiência religiosa vivida pelos habitantes na época. Para tal, toma como foco o papel desempenhado pelas irmandades religiosas na cidade.

**Abstract:** This paper intends to analyze the activity of cemeterial transfer at Porto Alegre, in 1850, contemplating its inscription in a context of religious experience, as lived by the inhabitants of the city at that time. In this regard, the role played by religious brotherhoods in the city is a central notion.

**Palavras-chave:** Irmandades religiosas. Transferência cemiterial. Experiência religiosa.

**Key words:** Religious Brotherhoods. Cemeterial Transfer. Religious Experience.

---

Desde os tempos medievais, o mundo português mantinha as atividades ligadas aos hospitais e às cerimônias de enterramento associadas à presença das irmandades religiosas. A importância dessas associações, formadas por leigos, crescia na proporção do recrudescimento das pestes, da agudez da fome e da devastação dos momentos críticos marcados por guerras do medievo. Há autores que atribuem o nascimento da prática da assistência social e hospitalar em Portugal ao trabalho dessas associações católicas.<sup>1</sup> Essencialmente urbanas, foram, nas palavras de C. Boxer, um dos

---

\* Este artigo é uma versão ampliada da comunicação: "Irmandades religiosas, transferência cemiterial e a produção da cidade em Porto Alegre, no século XIX", apresentada no VI Encontro Estadual de História, promovido pela ANPUH-RS. Passo Fundo – julho de 2002.

\*\* Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Bolsista do CNPq. E.mail: mrnasc@unijui.tche.br

<sup>1</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

pilares do Império português nos tempos modernos, juntamente com as Câmaras Municipais,<sup>2</sup> e igualmente responsáveis pela formação das cidades do mundo luso nos trópicos, bem como pela estabilidade, solidez e da permanência da vida dentro destas no período colonial.<sup>3</sup>

Foram as irmandades também importantes agentes da propagação do catolicismo nos centros mais populosos do território. Em torno ou em função dos templos que essas associações leigas edificavam, com recursos próprios, um espaço urbano característico se formava e, dessa maneira, elas tornaram-se, em muitos casos, responsáveis pela produção, uso e posse de determinadas parcelas dos territórios citadinos. Até o século XIX, excetuando as igrejas matrizes, todas as outras capelas e igrejas foram construídas e mantidas por suas respectivas irmandades, fato que coloca em evidência não apenas o grau de importância delas, como também o envolvimento concreto de leigos da população na realização prática da liturgia católica. Além das tarefas de preparação dos cultos católicos, eram de responsabilidade das irmandades os enterramentos e qualquer atividade que envolvesse gastos funerários. Assim como também a assistência aos enfermos era atribuição das Santas Casas da Misericórdia, que possuíam antigos e consolidados privilégios em relação a outras associações caritativas e religiosas.

Dentre tantas faces das obrigações, iniciativas e empreitadas desses sodalícios – caridade, assistência mútua, compromissos litúrgicos, edificação de templos, etc. – me deterei, neste artigo, nas questões relativas às práticas de enterramento, que tiveram, desde sempre, no império luso-brasileiro, uma estreita relação com a própria razão de ser das irmandades religiosas. O trato com a morte, a forma de encarar o *post-mortem* e a organização de cemitérios sempre andaram juntos no universo da vivência religiosa das irmandades. Discutir e analisar como esses elementos se entrecruzaram na Porto Alegre do século XIX é um modo de buscar compreender a própria sociedade da época, como um todo.

Por certo, o tema proposto coloca o historiador em situação delicada, pois perseguir – para identificar – as crenças e os valores religiosos de indivíduos situados num tempo distante é, em essência, uma atividade que depende de informações por meio das quais chega-se sempre ao que “poderia ter acontecido”, ao plausí-

<sup>2</sup> BOXER, C. R. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 305.

<sup>3</sup> BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.



vel e ao verossímil,<sup>4</sup> mais do que de fato desejaríamos.<sup>5</sup> Alguns caminhos, entretanto, são possíveis de ser perseguidos, entre estes estão, de um lado, a análise do papel desempenhado pelas irmandades religiosas em Porto Alegre e da importância do catolicismo na capital da Província e, de outro, a investigação das soluções urbanísticas adotadas durante o processo de transferência cemiterial.

### **Marcos edificados e experiência religiosa em Porto Alegre**

A cidade, para Sandra Pesavento, pode ser pensada por três primas diferentes e indissociáveis: primeiro pela sua faceta mais evidente, que é a da sua materialidade, tornada concreta pela ação do homem; cidade é via pública, é edificação, equipamento urbano e serviço público exteriorizado na sua concretude; por isso cidade é também sociabilidade, que comporta atores, relações sociais, personagens, grupos em práticas de interação ou de oposição; mas cidade é igualmente sensibilidade. Para a autora, “é a construção de um ethos, que implica na atribuição de valores ao que se convencionou chamar de urbano... é percepção de emoções e sentimentos, é expressão de utopias, desejos e medos, assim como é prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo, que se realizam na e por causa da cidade”.<sup>6</sup>

Pensando nesses termos, observar a cidade, como ela se constitui na sua materialidade, no seu traçado, mas igualmente na experiência vivida por seus habitantes é um excelente meio de compreender a complexidade das crenças religiosas e as hierarquias sociais a elas relacionadas. Estudiosos do assunto esclareceram sobre a íntima relação existente no Brasil entre a afirmação urbana e a presença de religiosos, desde o período colonial. Há, segundo esses estudos, uma conexão incontestável entre a formação e o

<sup>4</sup> Sobre a verdade na História, Natalie Davis ensina que o trabalho do historiador é simultaneamente uma forma de literatura; um meio de investigação que produz resultados e está circunscrito a uma arena onde se enfrentam autoridade e colaboração. Ver: DAVIS, Natalie. Du conte et de l'histoire. *Le Débat*, mars/avril, 1989, n. 54, p. 138-143, p. 143.

<sup>5</sup> A respeito do desejo do historiador pela objetividade, mesmo reconhecendo que o passado se reconstrói a partir de convenções e de fragmentos da documentação arquivística, ver: APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn & JACOB, Margareth. *Telling the truth about History*. New York, London: W. W. Norton and Company, 1994, p. 250.

<sup>6</sup> PESAVENTO, Sandra. Memória, História e Cidade: lugares no tempo, momentos do espaço. *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 4, n. 4, junho de 2002, p. 23-35, p. 24.

desenvolvimento de comunidades urbanas com a edificação de templos católicos e a posse, por parte das associações religiosas, de terrenos ou de equipamentos de uso público.<sup>7</sup>

Em Porto Alegre, algumas irmandades eram proprietárias de terrenos, casas, fontes de água (como é o caso da irmandade da Misericórdia) ou donas de títulos de terrenos destinados a logradouros públicos (como a Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores, que possuía título dos terrenos da praça pública localizada à frente de sua igreja). Além das taxas provenientes de funerais, parte da renda dessas companhias também derivava da contribuição dos associados, da posse de propriedades fundiárias urbanas e dos aluguéis de casas, deixados de herança por irmãos falecidos ou mesmo na forma de permuta com o poder público por serviços assistenciais. Em Porto Alegre, por exemplo, a Assembléia Provincial chega a entregar à Santa Casa, através da Lei n. 151, de 7/8/1848, todos os terrenos urbanos devolutos e os já aforados pela Câmara, em troca da assistência aos expostos.

Em um nível macro, a cidade de Porto Alegre, desde muito cedo, possuía seus limites espaciais demarcados fisicamente por edificações religiosas. A entrada da cidade, ou o *portão*, era marcado pela presença da Santa Casa da Misericórdia, da capela de Nosso Senhor dos Passos e do cemitério da Misericórdia. Mais ao núcleo central da vila, localizava-se a Igreja Matriz, que, entre os séculos XVIII e XIX, sediava a irmandade de São Miguel e Almas, a irmandade de Nossa Senhora da Madre de Deus e do Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora do Rosário. Anexo à Matriz, dispunham-se o cemitério e o chamado *Império*. Mais a Leste encontrava-se a Igreja das Dores e, por fim, erigida em zona mais baixa, a Igreja do Rosário.

Em termos de espacialidade física, de um lado a outro, onde quer que circulasse pela cidade, o habitante se depararia com instituições católicas: num perímetro circunscrito a pouco mais de dois quilômetros de extensão havia oito sedes católicas. Muitas das sociabilidades desta época estavam condicionadas a esse panorama físico da cidade. A urbe e todo o cotidiano de seus habitantes

<sup>7</sup> CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a Ceia do Senhor. As missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2001; FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar/Garamond, 1999; MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da USP, 1989; Boschi, op. cit.; Russel-Wood, op. cit.; NEIS, Pe. Rubem. *Porto dos Casais. Criação da Freguesia – Fundação de Porto Alegre*. Discurso de posse ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do RS, em 25 de maio de 1972.



estavam marcados por padrões formais de atividades religiosas, que se manifestavam pelas procissões, missas, dobres de sinos, toque de sinetas, rezas, cortejos com imagens de santos, procissão do viático e ladainhas. O cronista "O Estudante", que escrevia para o jornal *O Mercantil*, em 1855,<sup>8</sup> relatou em suas inúmeras crônicas jocosas e em tom de zombaria, o que considerava um exagero as ocasiões em que se realizavam missas e procissões para cumprir o calendário litúrgico, por intermédio da organização das irmandades religiosas.

Em decorrência do trabalho delas, até o ano de 1850 a população porto-alegrense podia fazer uso de sete espaços sepulcrais dispostos no interior da urbe para realizar o enterro de seus mortos. Utilizados conforme critérios de diferenças sociais e étnicas ou de diferenciação hierárquica religiosa, estes espaços assim se distribuíam: os terrenos próximos à Santa Casa da Misericórdia, para certos doentes falecidos no hospital, alguns escravos e os protestantes chegados à Província a partir de 1824; o interior da capela de Nosso Senhor dos Passos, para os irmãos da Misericórdia e seus familiares; o adro da igreja Matriz, que se dividia em três: o cemitério, para os muito pobres, as "covas de fábrica", para aqueles em que os familiares pagavam ao pároco pelo sepultamento, e as catacumbas das irmandades, exclusivas aos irmãos das Almas, do Rosário, do Santíssimo Sacramento, das Dores e da Conceição. O sétimo espaço poderia ser ainda o interior da própria Matriz, utilizado por alguns poucos privilegiados da sociedade local. Nesta época, não era usual a cova individual e, desde 1772, os assuntos que envolviam as práticas funerárias eram atribuições do poder eclesiástico, que contava com auxílio das irmandades religiosas.

Até 1845, a cidade de Porto Alegre possuía seus limites demarcados por trincheiras, fato que fazia dela uma cidade fisicamente fechada em si mesma, com forte valorização da vivência em comum em locais públicos. Havia o que poderíamos chamar de uma *publicitação* da vida urbana. Nesse espaço, a área física reservada aos mortos era praticamente integrada com a dos vivos e o espaço funerário disseminava-se por toda a área central. Entretanto, em maio de 1850, um fato inédito alteraria esta configuração urbana: a inauguração do Cemitério da Azenha, nos altos do morro de mesmo nome, numa região distante do coração da cidade e em terrenos que pertenciam à Santa Casa. Esta é a primeira obra, caracterizada como

<sup>8</sup> *Chronica de Porto Alegre. Colleção de artigos críticos sobre costumes e factos locais publicados semanalmente no Mercantil pelo seu colaborador O Estudante.* Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1855-1859.

obra pública, que se realizará após a derrubada das trincheiras. O que se nota é uma intenção de “abrir” a cidade, para a implantação de espaços de circulação. Aquela cidade de cenário circunscrito dará, lentamente, lugar a uma cidade baseada na noção de circulação como modelo de melhoramento urbano. De acordo com Richard Sennett,<sup>9</sup> as cidades dos meados do século XIX e inícios do XX tornam-se, por excelência, espaços privilegiados de circulação: circulação de pessoas, circulação de mercadorias, de carros e circulação de ar (daí a ligação entre os projetos da medicina com os da urbanização). No cerne da questão estará um modelo urbanístico que toma a circulação – em todas as instâncias do cotidiano – como um ideal de civilização. Nesse novo modelo, haverá, por consequência natural destes projetos, o desestímulo das antigas aglomerações humanas. As cidades planejadas do século XIX passam tanto a facilitar a livre circulação das multidões, quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados.

Não é mera coincidência, pois, que em Porto Alegre, já em dezembro de 1851, a lei provincial n. 236 regulamentaria, por intermédio da Santa Casa da Misericórdia, o serviço funerário de “condução de cadáveres” em carros apropriados, até o novo cemitério e lá dar início à prática de sepultamentos em covas individuais. Este recente modo de operacionalizar um serviço funerário, que a lei autorizava, e que é corriqueiro hoje em dia aos nossos olhos é, no entanto, representativo de um dos traços mais característicos da solução urbanística brasileira, do século XIX, para realizar a separação física entre os adros das igrejas e o espaço de inumação. Esse rompimento espacial, tributário da longa trajetória de secularização da sociedade, correspondia aos emergentes padrões de planejamento, de edificação e de uso do espaço urbano, voltados para o incentivo à livre circulação, tendo na edificação dos cemitérios extramuros a sua expressão mais bem acabada.

Mas esta parece ser apenas uma face da moeda. Se a transferência cemiterial fosse tão-somente um assunto de reforma urbana, é possível que a atribuição ao trato com os mortos não tivesse sido reservada a uma irmandade, como rezava a antiga tradição. Delegar à Santa Casa da Misericórdia, instituição religiosa dirigida por leigos, a administração dos cemitérios localizados fora dos centros urbanos parece-me, no entanto, ser um indicativo de que a religiosidade, como forma de conhecimento em relação ao mundo, continuava ter peso considerável para a sociedade, sobretudo quando a questão envolvia a prática de enterramento.

<sup>9</sup> SENNETT, Richard. *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 213-264.



A transferência cemiterial em Porto Alegre representou, por certo, na perspectiva que aqui desenvolvo, uma profunda transformação urbana, mas foi, ao mesmo tempo, uma continuidade de antigas práticas: se por um lado, as taxas cobradas aos familiares do falecido, assim como a utilização de carros funerários, eram novidades para o porto-alegrense, que ora em diante assistiria as cerimônias de enterramento desenrolarem-se em percurso geograficamente distante do centro nervoso da cidade, por outro, o novo cemitério a cargo de uma irmandade religiosa, a da Misericórdia, mantinha o espaço sepulcral de alguma forma próximo à urbe, em termos de valores religiosos e culturais. Conservando-se, deste modo, uma antiga e significativa tradição do império luso-brasileiro.

Seguindo essa linha de raciocínio, tento, mais adiante, examinar um dos critérios espaciais adotados pelo poder público porto-alegrense para realizar a transformação dos enterramentos. Os resultados, previstos ou não, terminaram por se encaminhar tanto no sentido da manutenção de valores e crenças tradicionais, como igualmente avançar na direção de encaixe nos quadros de secularização da vida cotidiana. Para tanto, julgo necessário antes fazer um percurso pela situação do catolicismo na capital da Província sulina do Oitocentos.

### **A fé católica em Porto Alegre, em fins do século XVIII e inícios do XIX**

Desde que iniciei a pesquisa sobre a transferência cemiterial em Porto Alegre, uma pergunta tem se colocado de modo impositivo e com frequência em minha trajetória de leituras e busca de documentos: existe plausibilidade na afirmativa consensual de que o gaúcho (e, por extensão, o porto-alegrense) teria sido um indivíduo muito pouco católico e religioso desde os tempos coloniais?

Primeiro é preciso ressaltar que o objeto aqui proposto figura com certa palidez na historiografia rio-grandense. Encontramos raros estudos específicos sobre as irmandades religiosas em Porto Alegre,<sup>10</sup> e suas atividades desenvolvidas na cidade, assim como

<sup>10</sup> Entre estes, está a pesquisa de MÜLLER, Liane. *“As contas do meu rosário são balas de artilharia”*. Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre. 1899-1920. Porto Alegre: PUC, Dissertação de Mestrado, 1999; e o artigo de CASTANHO, Mara Regina & NUNES, Mara Regina. A irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito. In: FLORES, Moacyr (org.). *Cultura afro-brasileira*. Porto Alegre: EST-SLB, 1980.

também é relativamente pequeno o número de obras sobre as características da vivência religiosa leiga do catolicismo no sul do Brasil, entre os séculos XVIII-XIX.<sup>11</sup>

Sobre a ação da Igreja há, de um lado, pesquisas realizadas por membros do clero, que, embora importantes e de qualidade reconhecida, são pesquisas empenhadas em biografar a trajetória de líderes religiosos ou em divulgar a importância da fé católica,<sup>12</sup> e, de outro, há a produção historiográfica que tem delegado ao tema uma conotação muito mais voltada para um viés político do que propriamente cultural, cuja proposta é a de investigar as disputas entre a Igreja católica e o poder civil, ou de procurar esquadrinhar a relação dúbia desta com a maçonaria ou, ainda, apontar as suas rivalidades ideológicas com o Positivismo.<sup>13</sup> Embora legítimas, e com preocupações diferentes das que procuro desenvolver, estas investigações deixaram considerável lacuna no que diz respeito ao catolicismo nas práticas cotidianas da população rio-grandense, naquilo que dá contorno à religiosidade vivida e experienciada.

A tônica central dessas pesquisas – baseadas prioritariamente nos relatórios emitidos por bispos ou nos artigos de jornais escritos por membros da Igreja – é a afirmativa consensual de que o catolicismo e seu sistema de crenças teriam ocupado um espaço muito pequeno no dia-a-dia da população sulina, de maneira diferente do que se passava no restante do país. E as justificativas principais para tal afirmação giram em torno de argumentos que colocam a Igreja Católica, desde o período colonial, como uma instituição que teria delegado um elevado grau

<sup>11</sup> Entretanto, sobre alguns aspectos importantes da vivência religiosa e dos costumes vigentes no Rio Grande do Sul setecentista, relatados por época das Visitas Pastorais, há: KUHN, Fábio. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1996.

<sup>12</sup> Entre estes, BALÉM, Mons. Dr. João Maria. *A Primeira Paróquia de Porto Alegre. Nossa Senhora Mãe de Deus (1772-1940)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S. A., 1941; HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do RS*. Porto Alegre: Editora Acadêmica, 1987; RUBERT, Pe. Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

<sup>13</sup> FORTES, Amyr Borges; & WAGNER, João. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1963; SPALDING, Walter. *A Igreja no Velho Continente de São Pedro do Sul*. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, vol. 3. Porto Alegre: Edição da PMPA, 1940, p. 1433-1439; COLUSSI, Eliane. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998; ISAIA, Artur Cesar. *O Cajuado da Ordem. Catolicismo e Projeto Político no Rio Grande do Sul: d. João Becker e o autoritarismo*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1992.



de abandono ao Continente, por conseqüência da posição geográfica isolada que possuía o Rio Grande do Sul de seu centro de administração eclesiástica, o Rio de Janeiro.<sup>14</sup> O que explicaria, então, as condições precárias de certas capelas e igrejas, bem como o pouco número de párocos para atender aos fiéis. Em segundo lugar, estaria o problema da grande distância em que a maioria dos fregueses habitava da sede da paróquia, e conseqüentemente da igreja, inviabilizando o seu deslocamento, o que levaria a supor que as missas, e demais cerimônias litúrgicas, ocorressem com relativa escassez ou esvaziadas de fiéis, pouco interessados aos mandamentos católicos. Por fim, em terceiro, está a justificativa que terminou por consolidar-se como um mito e, por isso, é a que mais se divulga: a de que o gaúcho, guerreiro histórico, transgressor e rebelde nato, seria mesmo pouco suscetível ao sentimento religioso e às regras católicas e, portanto, se constituiria precocemente num indivíduo anticlerical, pronto a bem receber as idéias dos projetos radicais de transformação cultural dos movimentos anticatólicos, típicos do final do século XIX e início do XX. Classificado, desse modo, como um indivíduo à frente do seu tempo.

É preciso, entretanto, considerar uma realidade incontestável: a pouca presença da Igreja Católica do Setecentos, como instituição, na cotidianidade da população não se constituiu numa peculiaridade do território rio-grandense. A perspectiva comparativa permite demonstrar que desde o século XVI até o início do XIX, o desenvolvimento do catolicismo brasileiro se deveu muito mais aos empreendimentos dos fiéis leigos e menos às iniciativas das autoridades eclesiásticas, como apontam as pesquisas para Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Apenas para efeitos de esclarecimento: em 1745 a Diocese do Rio de Janeiro foi subdividida em cinco outras: Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana e as Prelazias de Goiás e Mato Grosso. Para a jurisdição do Bispado de São Paulo passaram os territórios de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro; em 1748, o território rio-grandense é reconduzido para a jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro, situação que permaneceu até 1848, quando foi criada a Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, com território desmembrado da do Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro (1550/1800)*. Petrópolis: Vozes, 1978; Boschi, op. cit.; Chahon, op. cit.; NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê. A Mesa da Consciência e Ordens, o clero secular e a sociedade no Brasil. 1808-1828*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1994; BARROS, Roque S. de. *Vida Religiosa*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Declínio e queda do Império*. Tomo II, 4<sup>a</sup> vol., São Paulo: Bertrand Brasil, 1984, p. 317-337.

O componente mais importante a se destacar em relação a essa questão é a situação que decorre das peculiares ligações estabelecidas entre a Coroa portuguesa e a instituição eclesiástica, situação esta que se diferenciava do restante do mundo ocidental. Sob a forma de um regalismo, baseado no padroado e no beneplácito régio, a Igreja luso-brasileira tinha sua atuação limitada pelos interesses da monarquia. Esta espécie de sujeição constituía-se num poderoso entrave às intenções cristianizantes da Igreja Católica, que desde o século XVI empregava esforços para implantar no Brasil o projeto definido pelo Concílio de Trento (1545-1563), que incluía uma melhor organização do clero para atingir os fiéis, a valorização da figura do sacerdote, o reforço da autoridade dos bispos e a implantação de mecanismos que resultassem numa espiritualidade renovada. A estratégia pretendida por Trento tinha como um de seus fundamentos o incentivo a uma *devoção moderna*, que exigia dos fiéis uma nova compreensão da religiosidade cristã, “mais depurada dos gestos exteriores e mais voltada para a sensibilidade interior”.<sup>16</sup> A partir do projeto tridentino, os leigos deveriam ser cada vez mais compelidos a adotar essa nova sensibilidade religiosa, com a multiplicação das lições de catecismo e a introdução de novas devoções, mais abstratas, como o Sagrado Coração de Jesus e a adoração do Santíssimo; surgiria, assim, lentamente, a religião mais sombria e opressiva de épocas recentes.<sup>17</sup>

Sem conseguir, entretanto, estabelecer plenamente uma estratégia eficiente de catequização em acordo com a ofensiva tridentina, a Igreja luso-brasileira chegava ao início do século XIX com pouco sucesso no seu objetivo de alterar significativamente as condições de vida religiosa, baseadas que eram na devoção aos santos, na expressão exteriorizada e coletiva da fé.

Segundo Guilherme Pereira das Neves, o imenso território colonial brasileiro era muito desigualmente povoado por cerca de quatro milhões de habitantes, sendo a sua estrutura eclesiástica resumida a apenas sete bispados e duas prelazias, freqüentemente desprovidos de seus titulares por longas vacâncias em função das distâncias e da lentidão administrativa. O número total de paróquias nessas circunscrições, ainda em 1820, girava em torno de 600, o que representava uma média de seis mil almas por pároco, cifra esta muito superior, na época, aos padrões europeus e até mesmo dos Estados Unidos. Ressalta este autor que, “a despeito do esplên-

<sup>16</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. Um Mundo Ainda *Encantado*: religião e religiosidade na América portuguesa ao fim do período colonial. *Oceanos*, Lisboa, n. 24, abril-junho, 2000, p. 114-130, p. 115.

<sup>17</sup> Neves, *ibid.*, p. 115.



dor dos templos barrocos dos principais centros do litoral e de Minas Gerais, no interior – erigidos por iniciativa dos próprios fiéis – a maioria das igrejas padecia de enormes carências, por efeito da falta de recursos para conservar as construções e prover os objetos indispensáveis ao culto”.<sup>18</sup> Tem-se, portanto, que não era peculiaridade do Rio Grande do Sul a situação da Igreja apontada por alguns historiadores regionais, mas ela pode ser vista, antes, como uma explicação para um fenômeno mais complexo que caracteriza tanto a estrutura institucional religiosa brasileira dos séculos XVIII e XIX, como a expressão da religiosidade vivida pelos fiéis.

Uma precisão conceitual maior, que marque a diferença entre “religião vivida” (religiosidade) e institucionalização da religião (Igreja), revelaria que, se for considerado somente o discurso eclesiástico da época em foco, como relatórios, pastorais ou diários, tem-se como resultado que a população rio-grandense pouco observava os preceitos católicos, fato que, do ponto de vista do poder institucional em questão, significava pouca religiosidade. Vale reforçar que, dentro das expectativas tridentinas, a aprendizagem de uma nova postura católica, por parte dos fiéis, jamais se completou de forma satisfatória no percurso do século XIX, mas somente a partir de seu final, com a implantação dos projetos ultramontanos da Igreja católica brasileira, que, a partir das orientações do Papa Pio IX, buscava uma profunda reformulação da sua estrutura eclesiástica, almejando autonomia em relação ao governo civil.

Entretanto, em época pouco mais remota a esta, o que caracterizava a sensibilidade religiosa dos indivíduos, os sinais que simbolizavam a crença no transcendente, no sagrado e na tentativa de comunicação com Deus não parece ter sido a observação plena das lições de catecismo, mas sim a obediência às práticas sacramentais, sobretudo àquelas que giravam em torno do conforto e consolo na hora da morte. Dentre os sete sacramentos recomendados pela Igreja por meio da legislação eclesiástica<sup>19</sup> e que, no universo cristão, estabelecem uma aproximação do fiel com Deus e reforçam a fé –

<sup>18</sup> Neves, *ibid.*, p. 117-119.

<sup>19</sup> As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* vigoraram como a principal legislação eclesiástica da América Portuguesa, utilizadas pelo clero no Brasil até o século XIX, nas suas atividades pastorais. A elaboração das constituições resultou de um único Sínodo diocesano que se realizou em 1707, em Salvador, sede do único arcebispado existente no Brasil, até 1892. Compostas de cinco livros, as *Constituições* tratam, em seu primeiro livro, dos dogmas da fé em sua versão tridentina, com destaque para as instruções concernentes ao significado e à administração dos sacramentos. VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial. (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 145-146. Cf. verbete “Constituições sinodais”, de Guilherme Pereira das Neves.

batismo, confirmação, eucaristia, penitência, unção dos enfermos [ou extrema-unção], ordem e matrimônio –, receberam mais submissão por parte dos fiéis aqueles administrados pelo padre nos momentos de doença grave, incurável e fatal, quais sejam, a penitência, a eucaristia e a extrema-unção.

À proximidade da morte, a presença do padre era solicitada pelo moribundo, por intermédio de seus familiares, amigos, ou confrades de irmandade, visando atender à necessidade deste entrar em contato íntimo e último com Deus. Segundo o ritual, a ordem de administração dos sacramentos dava-se a partir da seguinte seqüência: penitência (o moribundo confessava e pedia perdão por seus pecados e só, então, recebia a absolvição); eucaristia (entendido como um “conforto e alimento para a alma”, possibilitava entrar em comunhão com o “corpo de Cristo ressuscitado”, para garantir a própria ressurreição do enfermo) e extrema-unção (quando era unguido o óleo da Salvação, de maneira a eliminar todos os sinais da presença “maligna”).<sup>20</sup>

A análise que realizei de uma pequena parcela do padrão de recurso aos sacramentos por alguns moradores de Porto Alegre, registrados nos Livros de *Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus*, da igreja Matriz,<sup>21</sup> evidencia que grande parte dos moribundos recorreu aos sacramentos da eucaristia, penitência e extrema-unção na hora da agonia, entre os anos de 1773 e 1814. Para uma amostragem de apenas 1.329 registros, 572 indivíduos, ou 42,9% do total, recorreram àqueles sacramentos. Pelo menos 426 dos que solicitaram os sacramentos, ou 32%, tiveram condições de receber todos os sacramentos. A extrema-unção, que vem, por vezes, também acompanhada do sacramento da penitência, ou com todos outros, foi administrado em 531 registros, isto é, 39,8% dos casos. Considerando que o sacramento da penitência aparece nos registros paroquiais de quatro maneiras diferentes (com todos, sozinho, ou acompanhado da eucaristia ou da extrema-unção), é perceptível que foi o mais solicitado, 538 vezes, ou 40,4% dos casos, revelando uma grande preocupação com a absolvição dos pecados. Há ainda aqueles registrados como “sem sacramentos”, que, por terem provavelmente morrido repentinamente, não receberam a tempo a visita do pároco; estes somam 109 casos, ou 8,2%.

<sup>20</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos. Tradições e transformações fúnebres na Corte*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1995, p. 164.

<sup>21</sup> A coleta ainda está em andamento. Os números aqui apresentados referem-se somente ao intervalo que abrange os anos de 1773-1814 e não incluiu o livro exclusivo para óbitos de escravos. Representam uma pequena e ainda incompleta amostragem de dados, voltada exclusivamente aos objetivos deste artigo.



Os casos registrados como “não consta” dizem respeito àqueles em que, por motivos desconhecidos, o pároco não averbou o sacramento administrado – é caso de 7,6%, ou 102 indivíduos e referem-se igualmente aos inocentes, com idade de até sete anos (o elevado número de 546 crianças ou 41%), que segundo as *Constituições Primeiras*, não deveriam receber a extrema-unção, não precisavam ainda da penitência e não tinham a consciência necessária para a eucaristia. No caso daqueles 102 indivíduos, é possível que a inexistência do registro não signifique a recusa aos sacramentos – ainda que esta pudesse ter ocorrido; mas, considerando que é um número elevado de indivíduos e que a recusa aos sacramentos implicava no impedimento de sepultura eclesiástica (segundo as *Constituições Primeiras*) é mais provável que grande parte dessas omissões de registro também se relacionasse à falta de tempo em acionar o sacerdote antes do falecimento do enfermo. Vale esclarecer que em todos estes óbitos, as palavras finais do pároco eram, invariavelmente, “encomendado por mim e sepultado nesta Matriz”. Prova de que os sacramentos foram administrados, já que ao falecido foi concedida a sepultura eclesiástica.

Assim se constitui a Tabela para os 1.329 registros acima avaliados:

<i>Sacramentos</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Extrema-unção	34	2,55
Penitência	21	1,58
Penitência e Eucaristia	20	1,50
Penitência e Extrema-unção	71	5,34
sem sacramentos	109	8,20
não consta / não averbado	102	7,67
não consta / inocentes	546	41,0
todos os sacramentos	426	32,0

**Fonte:** Livro de Registro de Óbitos da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Anos de 1773, 1780, 1786, 1795, 1797, 1800 a 1805 e 1810 a 1814.

Segundo Cláudia Rodrigues, no século XIX já se observa, no mundo católico ocidental, um acentuado recuo daquele catolicismo culpabilizante, dolorido e de temor, em que a Igreja dos séculos XVI-XVIII utilizara-se da morte como um instrumento de pregação, de cristianização e de controle sobre as ações e pensamentos (aquele cristianismo que se realizou sob a ameaça do Purgatório). Um cristianismo que se baseava na *pedagogia do medo*,<sup>22</sup> foi, por certo, desaparecendo ao longo do Setecentos, em favor da adesão mais consciente dos fiéis, através da idéia de que a salvação de cada um e de todos residiria, por excelência, na mensagem evangélica.<sup>23</sup> Mas a preocupação com o *Além* não se extinguiu totalmente. Este processo não teria significado o abandono da religiosidade cristã ou a extinção total de certas crenças tradicionais católicas.

Se, ao longo da pesquisa que realizo, vierem a se confirmar minhas suspeitas de que a religiosidade católica do porto-alegrense pode ser confirmada na forma do *não-dito*, distante dos discursos inflamados editados nos jornais e dos relatos queixosos dos diários eclesiásticos, então se verificará a importância das irmandades religiosas, tanto na divulgação dos preceitos católicos, como na mudança dos lugares dos mortos em 1850.

De acordo com Bronislaw Baczko, há certos símbolos mais estáveis, que “ancorados em necessidades mais profundas, acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações”.<sup>24</sup> O temor à morte, as indagações sobre o além-túmulo e o desejo de salvação da alma podem ser vistos como esses símbolos mais estáveis, a que se refere B. Baczko, que mobilizam as ações e os projetos das sociedades, mesmo que ocorram mudanças significativas dos costumes ao longo do tempo. É possível que, ainda durante a primeira metade do século XIX (período em que se inclui a transferência cemiterial em Porto Alegre), a morte fosse encarada como uma vivência coletiva que dizia respeito às obrigações das irmandades, antes de tornarem-se um assunto restrito aos âmbitos familiar e burguês.

<sup>22</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Nas Fronteiras do Além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002, p. 325.

<sup>23</sup> Rodrigues, op. cit., p. 329.

<sup>24</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Anthropos-Homem. Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 5, p. 296-332, p. 311.



A transferência cemiterial: as irmandades religiosas entre mudanças e permanências

Se a cidade é materialidade, sociabilidade e sensibilidade; se o imaginário social de seus habitantes tem suporte na cultura material, então, o historiador interessado em interpretar os desejos, as aspirações e as motivações deles não encontra objeto de trabalho mais expressivo do que as concepções urbanísticas que dão origem aos projetos e aos direcionamentos concretos para o uso do espaço urbano.

A partir dessa linha de raciocínio, e através da interpretação que fiz de um *corpus* documental específico, observei que em Porto Alegre, durante o percurso temporal de 1850-1880, muitas das reformas urbanas realizadas ainda mantinham como referência as antigas e tradicionais práticas, vinculadas que eram a uma concepção religiosa do espaço. O primeiro cemitério da Azenha, sob a perspectiva de pensamento aqui adotada, é um exemplo bem acabado de uma interessante *sincronia*: ao mesmo tempo em que se propõe a ser uma obra de rompimento radical com as antigas práticas de enterramento intramuros, conserva com estas uma relação muito íntima de vínculo espacial.

Para melhor compreensão dessas idéias, parece ser adequado observar as tabelas de preços divulgadas à época da reforma cemiterial, sobre as taxas a serem pagas para os serviços funerários a cargo da Santa Casa da Misericórdia. Essas grades, se examinadas com atenção, fornecem uma curiosa concepção para o espaço existente entre a urbe e o novo cemitério:

Tabela de veículos de condução  
(conforme a Lei Provincial nº 236 de 9 de dezembro de 1851)

	<i>Tomando o corpo da igreja</i>	<i>Indo à casa</i>
1º carro	50\$000	60\$000
2º carro	32\$000	40\$000
3º carro	20\$000	25\$000
4º carro	15\$000	20\$000
5º carro	10\$000	15\$000
6º carro	6\$000	8\$000
Dito para escravos	4\$000	6\$000

As pessoas livres que forem conduzidas ao cemitério por veículos particulares ou à mão pagarão a taxa de	2\$000
Por direito de fábrica e sendo escravo	1\$000

Taxa das catacumbas e sepulturas  
(conforme a Lei Provincial nº 236 de 9 de dezembro de 1851)

Catacumba, sendo a Santa Casa obrigada a prestar todos os misteres necessários para ser fechada, menos cal para lançar sobre os corpos, e sendo conduzidas no 1º carro	
Pessoa adulta	30\$000
Menor de sete anos	10\$000
Se conduzido em qualquer dos outros veículos	
Pessoa adulta	20\$000
Menor de sete anos	10\$000
Se não houver catacumbas pequenas vazias e a família do morto o exigir, se dará das grandes, pagando a taxa delas como se fosse adulto.	
Sepultura rasa por 3 anos, se o corpo tiver sido conduzido no 1º carro	
Pessoa adulta	8\$000
Menor de sete anos	6\$000
Sendo conduzido no 2º carro	
Pessoa adulta	6\$000
Menor de sete anos	4\$000
Em qualquer dos outros veículos	
Pessoa adulta	6\$000
Menor de sete anos	2\$000
As sepulturas para escravos	1\$000
Uma vez que sejam conduzidos no respectivo carro, e se forem em qualquer outro pela estimação em que seus senhores os tenham, pagarão o preço triplicado, correspondente ao carro que for escolhido. Os escravos serão sepultados no campo santo com separação das pessoas livres que ali se enterrarem. Os pobres, praças de pret. e marinheiros serão sepultados no mesmo campo santo, mas em lugar separado.	



Como se pode observar, as duas tabelas (uma para carros, outra para sepulturas) estão de tal maneira vinculadas que não funcionam isoladas. As taxas para sepultura dependem das tarifas de condução, da mesma maneira que o preço da condução do corpo está relacionado à operacionalização do sepultamento. Dito de outro modo, a condução – que diz respeito ao trajeto, ao percurso, ao caminho a ser percorrido – é concebida como um contínuo da realização prática do enterramento – que se refere à catacumba, ao espaço de inumação, ao cemitério. Dependentes uma da outra, as duas grades de preço dão a entender que, talvez, nesta cidade que recém começara a experimentar a prática sepulcral fora dos limites urbanos, o importante seria manter certos vínculos com a tradição. Uma tradição que rezava pela responsabilidade das irmandades religiosas tanto no trajeto do préstito fúnebre, como pelo uso das catacumbas, que até 1850 localizavam-se atrás da igreja-sede. A análise das tabelas permite visualizar com clareza este contínuo de subordinação estipulado entre o espaço da via pública e a atividade de uma instituição religiosa e caritativa. Os habitantes desta urbe demorariam a curvar-se às novidades urbanísticas dos espaços especializados e independentes entre si, onde as companhias de agentes funerários, surgidas no início do Novecentos, mantêm distância das formas de enterramento e só respondem pelo percurso até o cemitério.

Ao perseguir e ao pensar os vínculos espaciais entre o cemitério e a cidade, durante as primeiras décadas da reforma, sob os mesmos critérios de análise que utilizei para tratar da situação do catolicismo na Província, ou seja, com informações na forma do *não-dito*, me deparei com uma comunidade porto-alegrense experienciando, ao mesmo tempo, emergentes padrões de urbanidade e antigas práticas sepulcrais, aquelas que se realizavam na vila cercada fisicamente pelas trincheiras. De alguma forma, mesmo que em menor intensidade, continuariam ainda a serem definidoras dos usos e dos caminhos da extensão urbana, as necessidades, as atividades e as finalidades das irmandades religiosas.

Caso estejam corretamente interpretados, esses traços sugerem que o primeiro cemitério da Azenha – invariavelmente apontado tão-somente como mais uma obra de “melhoramento urbano”, semelhante a tantas outras do mesmo período em Porto Alegre – pode ser objeto de estudo para compreender-se a importância que a religiosidade ancorada na tradição continuou a exercer sobre as ações e os pensamentos de certas comunidades, em épocas posteriores às quais até então nem considerávamos.

## Referências

## Livros, artigos e inéditos

- APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margareth. *Telling the truth about History*. New York & London: W. W. Norton and Company, 1994.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Anthropos-Homem. Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. 5, p. 296-332.
- BALÉM, Mons. Dr. João Maria. *A Primeira Paróquia de Porto Alegre. Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S. A., 1941.
- BARROS, Roque S. de. Vida Religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Declínio e queda do Império*. Tomo II, 4<sup>o</sup> vol., São Paulo: Bertrand Brasil, 1984, p. 317-337.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOXER, C. R. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CASTANHO, Mara Regina & NUNES, Mara Regina. A irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito. In: FLORES, Moacyr (org.). *Cultura afro-brasileira*. Porto Alegre: EST-SLB, 1980.
- Chahon, Sérgio. *Os convidados para a Ceia do Senhor. As missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2001.
- COLUSSI, Eliane. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DAVIS, Natalie. Du conte et de l'histoire. *Le Débat*, mars/avril, 1989, n. 54, p. 138-143.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1963.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar/Garamond, 1999.
- HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do RS*. Porto Alegre: Editora Acadêmica, 1987.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro (1550/1800)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ISAIA, Artur Cesar. *O Cajado da Ordem. Catolicismo e Projeto Político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1992.
- KUHN, Fábio. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1996.



- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da USP, 1989.
- Müller, Liane. "As contas do meu rosário são balas de artilharia". *Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre. 1899-1920*. Porto Alegre: PUC, Dissertação de Mestrado, 1999.
- NEIS, Pe. Rubem. *Porto dos Casais. Criação da Freguesia – Fundação de Porto Alegre*. Discurso de posse ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do RS, em 25 de maio de 1972.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê. A Mesa da Consciência e Ordens, o clero secular e a sociedade no Brasil. 1808-1828*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1994.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Um Mundo Ainda Encantado: religião e religiosidade na América portuguesa ao fim do período colonial. *Oceanos*, Lisboa: n. 24, abril/junho, 2000, p. 114-130.
- PESAVENTO, Sandra. Memória, História e Cidade: lugares no tempo, momentos do espaço. *ArtCultura*. Uberlândia: v. 4, n. 4, junho/2002, p. 23-35.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos. Tradições e transformações fúnebres na Corte*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1995.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas Fronteiras do Além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002.
- RUBERT, Pe. Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SPALDING, Walter. A Igreja no Velho Continente de São Pedro do Sul. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, vol. 3. Porto Alegre: Edição da PMPA, 1940, p. 1433-1439.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial. (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- Fontes arquivísticas:*
- Chronica de Porto Alegre. Colleção de artigos críticos sobre costumes e factos locais publicados semanalmente no Mercantil pelo seu colaborador O Estudante*. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1855-1859. Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.
- Lei Provincial n. 236 de 9 de dezembro de 1851. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- Livro de Registro de Óbitos da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Anos de 1773, 1780, 1786, 1795, 1797, 1800 a 1805 e 1810 a 1814. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.